



REQUERIMENTO Nº DE 2025

(Do Sr. Pompeo de Mattos)

Requer, nos termos regimentais, inclusão de assinatura no Requerimento de Instituição de CPI nº 2 de 2025 que visa investigar os sindicatos envolvidos na fraude do INSS, com cobranças de mensalidades de aposentados e pensionistas, que pode chegar a R\$ 6,3 bilhões.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a inclusão da minha assinatura no Requerimento nº 2/2025, que “Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar os sindicatos envolvidos na fraude do INSS, com cobranças de mensalidades de aposentados e pensionistas, que pode chegar a R\$ 6,3 bilhões”, nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal e dos arts. 35 a 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

JUSTIFICAÇÃO

A fraude bilionária contra milhões de aposentados do INSS, por meio de descontos indevidos realizados por entidades conveniadas, exige uma resposta firme do Parlamento. Não se trata de disputa entre oposição e governo, mas de uma causa suprapartidária que compromete a dignidade de quem mais precisa de proteção: os aposentados e pensionistas da Previdência Social.

As investigações revelam que esse esquema criminoso tem origem anterior ao atual momento, com registros de denúncias desde 2016, durante o governo Temer, quando servidores relataram repasses suspeitos a associações ligadas à gestão do INSS. Em 2020, novas denúncias sobre falsos descontos foram feitas por servidores e ignoradas pelas instâncias superiores.





Das 11 entidades hoje sob investigação, nove firmaram convênios com o INSS entre 2019 e 2022, período correspondente à gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro. Mesmo diante de alertas sucessivos, faltaram ações efetivas.

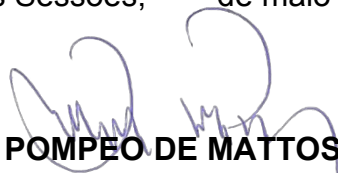
O que se vê agora é que o esquema se intensificou. Durante o governo Bolsonaro, houve um crescimento explosivo nos descontos. E já no atual governo Lula, as fraudes ganharam escala inédita, com milhões de beneficiários lesados e o sistema do INSS exposto a vulnerabilidades inadmissíveis.

Esse escândalo só ganhou atenção após a deflagração da Operação Sem Desconto, pela Polícia Federal e CGU, que expôs o alcance do esquema. A atuação da PF deve ser reconhecida e respaldada institucionalmente. Mas a omissão histórica do INSS, mesmo diante de denúncias internas, investigações arquivadas e retração institucional, precisa ser investigada com profundidade.

No dia 23 de abril de 2024, ocupei a tribuna da Câmara dos Deputados para denunciar esse esquema fraudulento. Apresentei dados objetivos, evidenciei a gravidade das omissões e reforcei a necessidade de providências imediatas. A negligência institucional, ao longo dos anos, custou bilhões aos cofres públicos — é chegada a hora de corrigir esse histórico de conivência e restaurar a proteção devida aos aposentados.

Por essas razões, e por entender que a responsabilidade sobre recursos previdenciários exige vigilância constante, solicito a inclusão da minha assinatura no Requerimento de CPI nº 2/2025. A CPI é necessária para esclarecer os fatos, identificar os responsáveis e garantir que o aposentado não continue pagando a conta da negligência e da conivência do Estado.

Sala das Sessões, de maio de 2025.


POMPEO DE MATTOS
Deputado Federal
PDT/RS

